

ENTREVISTA

Sequestro de carbono no café

1 – Qual o cenário no Espírito Santo em relação à cadeia envolvida na captura de CO₂?

Na visão do comércio exportador de café, é evidente o compromisso dos nossos clientes com as metas do Acordo de Paris, visando conter o aumento da temperatura global para que não ultrapasse os 2 °C até o final deste século. Existe uma atenção crescente, por parte da indústria internacional e dos consumidores de importantes regiões de destino dos cafés do Brasil, quanto à pegada de carbono ao longo dos processos produtivos e aos impactos ambientais dos produtos consumidos. É nesse sentido que o Cecafé, como legítimo representante do comércio exportador, tem realizado esforços para trazer mais transparência a essa discussão, promovendo a geração de dados científicos para comprovar que a cafeicultura brasileira é uma atividade ambientalmente responsável e que gera desenvolvimento onde está presente. Entre essas ações, destacamos o Projeto Carbono, iniciado pelo Cecafé em 2021 (a iniciativa pretende medir o balanço líquido das emissões de gases de efeito estufa na cafeicultura), em parceria com o Imaflora e o Prof. Carlos Eduardo Cerri da Esalq/USP, que em sua primeira etapa, realizada em Minas Gerais, demonstrou que com a adoção de boas práticas as lavouras cafeeiras mais sequestram do que emitem gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera, com um balanço de carbono negativo da ordem de 10,5 t CO₂eq/ha de café cultivado.



Marcos Antonio Matos

Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), formado em Engenharia Agrônoma, com mestrado em Agronomia, ambos pela Esalq/USP. Com cerca de 15 anos de experiência no agronegócio, atuou anteriormente como diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (Abag/RP). Passou pela Fundação Getúlio Vargas, na gestão de projetos, e pela Bayer S.A., na área de relações governamentais.

Agora o Cecafé está desenvolvendo a segunda etapa desse projeto no Estado do Espírito Santo. É uma pesquisa inédita, que será conduzida pela mesma equipe científica, objetivando mensurar o balanço de carbono da cafeicultura de conilon. Serão quantificadas as emissões de GEE das lavouras e o sequestro de carbono no solo e na biomassa do café, o qual será mensurado a partir de amostras coletadas em campo, incluindo plantas inteiras de café. Para a execução desse projeto, o Cecafé conta com importantes parceiros apoiadores de toda a cadeia produtiva do café capixaba e com a parceria institucional da Secretaria de Estado da Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (Seag) e do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), cujos pesquisadores têm apoiado a identificação dos modais produtivos que serão avaliados sob a ótica do balanço de carbono.

2 – O sequestro de carbono é uma realidade enquanto negócio. Diante disso, qual a visão do mercado internacional de café sobre o modelo, considerando carbono e sustentabilidade?

Diante da preocupação e do interesse das principais regiões consumidoras e da indústria global do café com a neutralização das emissões de gases de efeito estufa, podemos afirmar que no contexto da governança socioambiental, ações relacionadas à mitigação das mudanças climáticas são prioridade no pilar ambiental, isto é, o “E” do ESG (sigla em inglês para “Environmental, Social and Governance”, que significa “Ambiental, Social e Governança”). Nesse sentido, práticas que promovem o sequestro de carbono da atmosfera estão intrinsecamente ligadas ao conceito de sustentabilidade, pois favorecem o alcance das metas do Acordo de Paris.

3 – No chamado “sequestro de carbono”, há riscos ou efeitos colaterais, seja para o solo, seja para a vegetação, do local onde ele é realizado?

Quanto maior o sequestro de gás carbônico na atmosfera, maior é o teor de carbono no solo, que é um indicador de sustentabilidade e de regeneração dos sistemas produtivos. Solos saudáveis, com ótimas avaliações em suas propriedades físicas, químicas e biológicas apresentam elevados teores de carbono. Portanto, práticas que favorecem o sequestro de carbono, como maior aporte de matéria orgânica no solo e manutenção deste sob cobertura vegetal são benéficas para os sistemas produtivos, resultando em melhores níveis de produtividade, com menor dependência de insumos externos e também em um melhor equilíbrio econômico da atividade.

4 – Sobre valores: Qual o custo médio para execução do Projeto Carbono? Quais modalidades de financiamento são possíveis? De quem seria a responsabilidade para desenvolver essa atividade?

Um grande desafio é promover a monetização dos benefícios ambientais gerados pela adoção de práticas que promovem o sequestro de carbono e a redução das emissões de GEE. Um instrumento econômico com amplo potencial de crescimento e que visa estimular a adoção dessas práticas pela sua monetização é o mercado de carbono. Porém,

a estruturação de um projeto para geração de créditos de carbono ainda é cara, de longo prazo e, geralmente demanda grandes áreas para sua viabilização, mas há formas de ser trabalhado. Para tanto, é fundamental demonstrar que as práticas adotadas nos processos produtivos geram adicionalidade, isto é, promovem uma redução de emissões de GEE que não ocorreria sem sua presença. E é nesse ponto que as pesquisas promovidas pelo CecaFé têm gerado resultados interessantes, mostrando que as boas práticas presentes na cafeicultura brasileira geram adicionalidade e, portanto, há potencial de conexão com o mercado de carbono. O CecaFé está avaliando esse potencial, em um contexto mais mercadológico, com parceiros do mercado financeiro, visando apoiar o desenvolvimento de uma Plataforma de Créditos de Carbono “Cafés do Brasil”.

5 – Em relação às famílias agrícolas, pequenos produtores de café e grupos afins, estão incluídos na possibilidade de acesso a créditos de carbono?

Uma grande fortaleza da cafeicultura brasileira é sua importância social, pois é desenvolvida por pequenos cafeicultores e produtores familiares, os quais representam 78% dos nossos produtores. Diante dessa característica, a viabilização de uma plataforma setorial de geração de créditos de carbono passa pela realização de projetos agrupados, que agreguem muitos produtores de pequeno porte. Para a promoção dessa agregação, é fundamental a integração com os demais elos da cadeia produtiva, para geração de informação, apoio aos processos de mensuração e verificação dos créditos produzidos e facilitação da conexão com o mercado, por exemplo. É essa avaliação que o CecaFé está desenvolvendo com parceiros do mercado financeiro, no contexto da Plataforma de Créditos de Carbono “Cafés do Brasil”.

6 – Qual o argumento utilizado para convidar/propor aos produtores a mudança para essa modalidade sustentável de baixa emissão de carbono?

O principal benefício gerado aos produtores pela adoção das práticas de agricultura de baixo carbono é a melhoria das condições produtivas de suas propriedades. Afinal, o aumento do carbono no solo é um indicador de que esse

solo está mais saudável, capaz de gerar melhores produtividades com menor dependência de insumos externos, o que também pode resultar em um melhor equilíbrio financeiro da atividade, traduzido em renda familiar. É inegável que a melhoria dessa condição do solo é um serviço ambiental prestado pelos produtores à sociedade, pois está contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas via sequestro de gás carbônico da atmosfera. Temos um caminho a ser trilhado, como cadeia produtiva e em conjunto com entidades públicas, para viabilizar a monetização desse serviço ambiental prestado pelos produtores.

Por Daniel Borges

Assessor de comunicação do Incaper,
daniel.borges@incaper.es.gov.br